

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de março de 2021, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão De Orçamento e Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação da ata n.º 103 a 106;**
2. **Discussão e votação, no âmbito da nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 66/XIV/2.ª (GOV) – “Altera matéria de benefícios fiscais e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC” e do Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD) – “Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira”;**
3. **Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 334/XIV/1.ª (IL) – “Simplifica o pagamento prestacional de obrigações tributárias e de segurança social no âmbito da pandemia de COVID-19 (Primeira alteração ao Decreto-lei n.º 10-F/2020, de 26 de março);  
Autor: Carlos Brás (PS)**
4. **Discussão e votação do relatório final da Petição n.º 26/XIV/1.ª – “Descida do IVA para 6% em atos veterinários”;  
Relator: Deputado Alberto Fonseca (PSD)**
5. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1007/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que assegure aos sujeitos passivos/progenitores os meios de acesso à área reservada no Portal das Finanças dos respectivos dependentes em situação de guarda alternada, por forma a permitir a sua inclusão nas declarações de IRS de ambos para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções”;**
6. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”;**
7. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1094/XIV/2.ª (CH) – “Pelo acesso dos contribuintes cumpridores à aplicação e-fatura para controlo dos fundos europeus”;**



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL**

8. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1106/XIV/2.ª (PCP) – “Uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país”;**
9. **Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 79/XIV/2.ª (GOV) – “Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19”; Cabe ao GP PS**
10. **Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª (PCP) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”; Autor: João Cotrim de Figueiredo (IL)**
11. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 886/XIV/2.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade”;**
12. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 877/XIV/2.ª (PSD) – “Grupo de trabalho para a inventariação, classificação e desafetação a favor da RAA de Património imóvel do Estado abandonado e devoluto na RAA”;**
13. **Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 742/XIV/2.ª (PCP) – “Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas”; Cabe ao GP PSD. Comissão competente: 3.ª CDN**
14. **Outros assuntos.**

- 
1. **Aprovação da ata n.º 103 a 106;**

As atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

2. **Discussão e votação, no âmbito da nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 66/XIV/2.ª (GOV) – “Altera matéria de benefícios fiscais e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC” e do Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD) – “Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira”;**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

Aberto o período de debate, interveio primeiramente o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) para apresentar as propostas de alteração apresentadas pelo seu grupo parlamentar (GP), começando por referir as relativas ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), salientando o propósito de tornar o regime mais previsível para os seus destinatários e mais aliciente para quem investe. Mais referiu que as conclusões do relatório mandado elaborar pelo gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais (SEAAF), facultado na última audição, apontam, na sua opinião, para um caminho diferente daquele que é apresentado na proposta de lei (PPL). Referiu que o mencionado relatório destaca o facto de, desde 2015 esta indústria se ter tornado bastante mais competitiva e que a inversão desse caminho poder vir a representar um prejuízo, até em termos de receita fiscal. Pese embora a proposta do PSD não tenha ido ao ponto de tornar o regime definitivo, propõem a sua prorrogação por um ano, visto que, na perspetiva do PSD, seria grave que este regime caducasse. Acrescentou que o PSD acompanharia a proposta do CDS-PP sobre esta matéria. Salientou igualmente a necessidade de aproveitar esta oportunidade para corrigir a lei que permitiu a venda das barragens da EDP, referindo-se à norma aprovado no Orçamento do Estado (OE), que a seu ver, constituiu um verdadeiro “alçapão” para viabilizar aquele negócio. Considerou pois, que se confirmaram as piores suspeitas, suscitadas pelo PSD na altura da sua discussão orçamental, e que esta constitui também uma oportunidade para os partidos que tiveram dúvidas na altura, e se abstiveram, poderem agora rever a sua posição “fechando a porta” a tais abusos.

Seguidamente, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou o Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª que segundo disse, congrega os contributos de várias entidades e do próprio SEAAF, indo também ao encontro da decisão da Comissão Europeia. Defendeu que se nada for feito, estaremos a impedir de vigorar um regime até mais rigoroso, que permitirá uma melhor fiscalização dos benefícios fiscais na Zona Franca da Madeira. Também referiu que o intuito do seu partido foi sempre o de clarificar o regime, introduzindo as necessárias melhorias. Afirmou ainda que foram esclarecidas todas as dúvidas suscitadas pela Comissão Europeia, sobre o critério de determinação de lucros e sobre a questão dos postos de trabalho. Considera, por fim, que esta iniciativa constitui uma boa solução na medida em que melhora o regime que está neste momento em vigor.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou a proposta de alteração do seu GP, que vem na sequência das propostas e contributos da CMVM e da APIFPP. Afirmou ainda que, tendo o mesmo propósito da proposta do PSD, apresenta algumas diferenças. Notou que as conclusões de várias entidades consultadas indicam que o regime tem estado a funcionar bem. Todavia, o próprio SEAAF referiu que parte do regime está estabilizado, sem prazo de caducidade, e que, a outra parte do regime tem prazo de caducidade. Defendeu assim, que o princípio da coerência, justifica a proposta do CDS de estabilizar todo o regime, sem prejuízo de, no futuro, vir o governo ou algum GP propor alterações ao mesmo. Colocou à consideração do Presidente votar-se primeiro a proposta do CDS, e só depois a do PSD, visto até ter sido a primeira a ser apresentada, tendo o referido pedido merecido a concordância do PSD e o acolhimento da Mesa.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) referiu que é conhecida a posição do seu partido sobre a Zona Franca da Madeira, expressa nas várias audições e na discussão em Plenário, sendo contra a proposta do governo bem como a do PSD, que, na sua perspetiva, é ainda mais gravosa. Considerou que este regime não tem beneficiado o investimento nem a criação de emprego na região, tendo inclusivamente prejudicado o acesso a fundos comunitários. Notou depois que a referida norma que prorroga os benefícios fiscais tem o problema recorrente, que também ocorre frequentemente na discussão orçamental, visto que num só número se elenca toda a lista de benefícios, alguns dos quais merecem o acordo do PCP, enquanto que outros não. Atendendo a que este modelo de redação dificulta a expressão do sentido de voto relativamente a cada um daqueles benefícios, sugeriu que, em futuras iniciativas, o(s) proponente(s) proceda(m) a essa discriminação por alíneas, permitindo uma votação diferenciada. Anunciou assim que o PCP expressaria essa diferença de sentidos de voto, naquela norma, através de uma Declaração de Voto.

Dadas as dificuldades económicas que o país atravessa, pareceu-se também extemporânea e injustificada a inclusão, na norma revogatória, das isenções de ISV e do IUC. Finalmente, e em resposta ao repto do PSD, defendeu que ficou demonstrado, não ter sido a referida norma, aprovada no OE, que permitiu à EDP alegar a isenção do pagamento de imposto de selo, e, por esse motivo, não acompanhariam a proposta do



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

PSD, sem prejuízo de, no futuro, se discutir este tema adequadamente e com maior segurança.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) solicitou à votação individualizada da norma sobre os benefícios fiscais alegando que, de outro modo, se colocaria os partidos perante uma posição injusta, visto que a metodologia da “votação média” não permite refletir a posição relativamente a cada um daqueles benefícios, que, no caso do BE, será a favor nalguns casos e contra noutros. Recordou a posição do BE sobre a Zona Franca da Madeira, contra a sua criação e contra a prorrogação de benefícios. Também contestou a alteração ao artigo 60.º do EBF, proposta pelo PSD, porque entende que a EDP não tem direito ao benefício previsto naquele artigo e sua alteração poderia vir a dar razão à EDP. Entende assim, que uma alteração apressada deste artigo não é a solução, considerando-a não produtiva e até contraproducente. Manifestou dúvidas tanto quanto à redação antiga da norma, como à redação atual.

Sobre a metodologia de votação individualizada proposta pelo BE, o Senhor Presidente recordou que, de acordo com o artigo 152.º do Regimento, a votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea. Não se prevendo a possibilidade de votação mais fracionada, tal proposta apenas poderia ser viabilizada por uma decisão unânime da Comissão. Aproveitou ainda para recordar que questão similar ocorreu no âmbito da votação do último OE.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que, compreendendo a dificuldade de se votar pela média, não se poderiam ignorar as dificuldades já identificadas Presidente. Fez notar que os partidos teriam sempre a faculdade de apresentar propostas de alteração que fizessem essa separação, de cada benefício em alíneas distintas. Manifestou a discordância do PS relativamente à proposta de alteração do PSD, já expressa anteriormente na discussão em Plenário e na COF. Quanto à restantes propostas de alteração à PPL, admitiu considerar algumas desde que não ultrapassem determinadas balizas, e nesse sentido, admitiu ponderar a proposta do CDS. Manifestou total discordância relativamente à proposta de alteração ao artigo 60.º, pelas razões já expostas anteriormente por outros GP, e ainda porque foi, no seu entender, “pensada à pressa”, para além de a considerar também iniqua.

A Senhora Deputada Mortágua (BE) pediu a palavra para voltar a insistir na votação individualizada da lista dos benefícios fiscais, por entender que a solução anteriormente



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

apresentada pelo Deputado Fernando Anastácio não resolveria o problema. Apelou assim ao consenso e à boa vontade dos partidos, lembrando a este propósito, a disponibilidade já demonstrada pelo próprio BE.

Em resposta, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que não se oporia à solicitação do BE desde que houvesse unanimidade, admitindo porém a legitimidade da aplicação do Regimento caso não fosse alcançado tal consenso. Sustentou, relativamente à proposta de alteração do PSD ao artigo 60.º, que o Parlamento não poderia ficar indiferente ao que está a acontecer, enfatizando a gravidade e iniquidade do negócio da EDP. Prosseguiu afirmando que seria paradoxal, que estando o Parlamento a rever matéria relacionada com benefícios fiscais, não aproveitasse esta oportunidade para alterar a lei, eliminando a norma que possibilita que negócios semelhantes a este da EDP, venham a ser concretizados no futuro.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) afirmou que o PS não daria acordo à votação separada, não se sentindo confortáveis com a solução proposta pelo BE. Reiterou a sua discordância com a proposta do PSD – de alteração do artigo 60.º - argumentando que não será com a sua aprovação que o problema desaparece e que a solução aprovada seria ainda pior. Concluiu dizendo que o Parlamento teria oportunidade de rever e ponderar devidamente a solução para resolver este problema.

Não se registando mais nenhum pedido de palavra, o Senhor presidente colocou à votação as propostas de alteração apresentadas e, subseqüentemente, cada um dos artigos da proposta de lei, constantes do articulado, tendo os partidos manifestado os sentidos de voto constantes do guião de votação disponível na página da iniciativa.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou uma Declaração de Voto relativamente à proposta de alteração ao artigo 60.º do EBF, começando por dizer que que esta questão, entre o governo PS e a EDP, já vem de longa data e que o “pecado original” remonta às concessões das barragens, durante o governo Sócrates. Considera que a questão central não é sequer fiscal, frisando que cabe à AT decidir se irá ser ou não liquidado o referido imposto. Sublinhou ainda que, tudo o que aqui se tivesse sido aprovado sobre esta matéria, não teria aplicação para o caso concreto porque a lei não se aplica retroativamente. Mais disse que, embora considere correto o espírito da norma, podem nela caber muitos esquemas que não constituem verdadeiras operações de reestruturação. Deste modo, afirmou, se se voltasse à norma, na sua redação inicial,

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

não se garantiria que o que a EDP fez, não pudesse ter sido feito. Assim sendo, o CDS absteve-se porque apesar das dúvidas e da indignação que este negócio merece, não lhe parece que haja certeza jurídica suficiente nesta alteração pois, no limite, até poderia vir a dar razão, nalgum processo, à EDP. Defende assim que a questão deverá ser analisada noutro contexto, de maior segurança jurídica.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) também anunciou que o PCP apresentaria, por escrito, uma Declaração de Voto sobre a mesma matéria, em Plenário.

Seguidamente, pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) para informar que, tendo em conta o resultado da votação da anterior iniciativa, o GP do PSD iria retirar o Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD).

**3. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 334/XIV/1.ª (IL) – “Simplifica o pagamento prestacional de obrigações tributárias e de segurança social no âmbito da pandemia de COVID-19 (Primeira alteração ao Decreto-lei n.º 10-F/2020, de 26 de março);**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou, por videoconferência, o parecer de que foi autor, tendo sido depois cumprimentado pelo Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL).

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e CH.

**4. Discussão e votação do relatório final da Petição n.º 26/XIV/1.ª – “Descida do IVA para 6% em atos veterinários”;**

O Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD) apresentou parecer de que foi autor, posto o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e CH.

**5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1007/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que assegure aos sujeitos passivos/progenitores os meios de acesso à área reservada no Portal das Finanças dos respectivos dependentes em situação de guarda alternada, por forma a permitir a sua inclusão nas declarações de IRS de ambos para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções”;**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente informou que, não estando presente o proponente da iniciativa, o mesmo transmitiu previamente à Mesa a sua concordância com as sugestões de alteração da redação propostas pela DAPLEN.

As sugestões de alteração da redação propostas pela DAPLEN foram acolhidas, sem votos contra, na ausência do BE e do CH.

- 6. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”;**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) propôs que se seguisse a metodologia habitual, dando-se prazo aos GP para envio de propostas de entidades para audições, fixando-se depois os restantes prazos.

Ficou assim consensualizado que os partidos deveriam indicar, por e-mail, lista de entidades a ouvir até sexta-feira, dia 26 de março.

- 7. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1094/XIV/2.ª (CH) – “Pelo acesso dos contribuintes cumpridores à aplicação e-fatura para controlo dos fundos europeus”;**

O Senhor Presidente fez notar que não estando presente o proponente da iniciativa, não seria possível discutir este ponto.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) para sugerir que se contactasse o proponente solicitando que o mesmo informasse a Comissão sobre como pretendia ver discutida esta iniciativa, bem como as anteriores que estão pendentes pelo mesmo motivo, tendo o Senhor Presidente concordado com esta proposta.

- 8. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1106/XIV/2.ª (PCP) – “Uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país”;**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o PCP pretendia discutir a iniciativa em Plenário.

- 9. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 79/XIV/2.ª (GOV) – “Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as**

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL**

**transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19”;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) informou que o seu GP indicaria qual o autor para este parecer até final do dia.

**10. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª (PCP) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;**

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) apresentou o parecer de que é autor, tendo sido depois cumprimentado pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) que aproveitou ainda para sugerir a inclusão, no capítulo das consultas, da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME).

Também o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) cumprimentou o deputado relator, e saudou a iniciativa do PCP, considerando incidir sobre um tema muito pertinente, razão pela qual, disse, iriam acompanhar, não apenas o parecer, como também o projeto de lei. Concluiu recordando o contributo do PSD para este tema, em sede de processo orçamental.

Prosseguiu o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) que, depois de cumprimentar o deputado relator, também anunciou que o seu partido iria acompanhar a proposta. Frisou todavia que, na sua perspetiva, não bastará prorrogar as moratórias porque isso, por si só, não resolverá o problema da economia e como tal, defendeu a necessidade de refletir sobre esta matéria de uma forma mais profunda, relacionando-a também com o tecido económico e o sistema financeiro.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e CH.

Tendo o autor do parecer anuído na inclusão da referência sugerida pelo PCP, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, PAN e CH.

**11. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 886/XIV/2.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade”;**

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse concordar com todas as sugestões de redação propostas pela DAPLEN, com exceção de uma, na 3.ª linha do n.º 1, mantendo-se a palavra “nomeadamente” que constava da versão inicial desta iniciativa.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) saudou a iniciativa do PCP, aproveitando para referir que na PSD solicitou a votação desagregada por pontos, não viabilizando o ponto 5, por considerar que a redação tinha uma formulação muito ampla e indeterminada. Saliu, todavia, a importância de introduzir essa preocupação do PCP na discussão da especialidade da iniciativa sobre o mesmo tema, constante do ponto 6 da OD, no sentido de adiar a entrada em vigor da obrigação para o próximo ano.

Foi naqueles termos fixada a redação da iniciativa, sem votos contra, na ausência do BE e CH.

**12. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 877/XIV/2.ª (PSD) – “Grupo de trabalho para a inventariação, classificação e desafetação a favor da RAA de Património imóvel do Estado abandonado e devoluto na RAA”;**

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) interveio por videoconferência para tecer algumas considerações sobre esta iniciativa.

Foi fixada, sem votos contra, na ausência do BE, PAN e CH, a redação desta iniciativa, acolhendo todas as sugestões de alteração da redação propostas pela DAPLEN.

**13. Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 742/XIV/2.ª (PCP) – “Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas”;**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) considerou que, face à importância da matéria em apreço, a COF também deveria escrutinar esta matéria. Cabendo ao PSD elaborar parecer, indicou como relatora a Senhora Deputada Ana Miguel Santos

**14. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente lembrou que foi enviado aos Deputados que participaram na reunião bilateral com a Subcomissão FISC do Parlamento Europeu, um inquérito de 6 perguntas, remetido por aquela subcomissão. Agradeceu antecipadamente a resposta a este inquérito para habilitar a Mesa a responder ao mencionado pedido.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

Abordou depois o problema recorrente relativo a pedidos de justificação de faltas, recordando que, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Regimento, os deputados ausentes de uma reunião de Comissão por estarem em trabalho parlamentar, não têm falta e como tal, não carecem de justificação. Solicitou aos Senhores Deputados que, caso tal suceda, comuniquem aos serviços para que a mesma seja anulada.

No final, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) pediu a palavra para colocar à consideração do Presidente a possibilidade de agendamento da reunião ordinária da Comissão, da próxima semana, para o mesmo dia da audição ao Governador do Banco de Portugal, agendada para 3.ª feira, dia 30/03, às 16h00. Sugeriu ainda que, sempre que fosse possível, se juntasse, no mesmo dia, a reunião ordinária da Comissão com a audição.

Tendo anuído, o Senhor Presidente informou que agendaria a referida reunião para as 15h00 de terça-feira.

A reunião foi encerrada às 11:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 março 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 107/XIV/ 2.ª SL

Reunião de 24 de março de 2021

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
Alexandre Poço (PSD)  
Ana Miguel Dos Santos (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Marta Freitas (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Ricardo Vicente (BE)  
André Silva (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura (CH)